

O MEIO AMBIENTE E AS DESIGUALDADES SOCIAIS PERANTE A GLOBALIZAÇÃO: ESPAÇO RURAL X ESPAÇO URBANO

Mariluz Sott Bender¹ e Silvia Virginia Coutinho Areosa²

RESUMO

As transformações mundiais geradas pela globalização e pelo capitalismo têm produzido inseguranças sociais na sociedade contemporânea, e por isso, faz-se necessário compreender quais seus impactos no meio ambiente e no desenvolvimento das regiões e de que forma podem ser articuladas respostas mais ou menos inovadoras para o enfrentamento desses desafios. O presente trabalho se inscreve de forma restrita no campo de estudo dos direitos sociais e do meio ambiente e de forma geral no campo do Desenvolvimento Regional. Destarte, teve por objetivo discutir as muitas formas de apropriação do espaço urbano, sua ligação com o meio ambiente e com o desenvolvimento, fazendo um paralelo que explicita algumas das diferenças existentes na apropriação e produção do espaço rural. Nessa perspectiva, fez-se um estudo exploratório da atual conjuntura social, ambiental e econômica do Brasil, mais especificamente no que tange as desigualdades sociais, fazendo uso de dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a fim de tornar mais visíveis as particularidades de produção e apropriação dos espaços vividos. Percebeu-se que os indivíduos se apropriam de formas diferentes dos diversos espaços, mas que em todos eles o meio ambiente tem sido relegado ao segundo plano, pois este tem sido entendido apenas como um meio, como um recurso a ser explorado para a obtenção de ganhos econômicos, em favor do processo capitalista. Contudo, o meio ambiente deve ser contemplado como uma esfera pública em que se promovam novas relações de cooperação entre o Estado, as Organizações Não-

¹ Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Psicóloga. Especialização em Psicologia Organizacional e do Trabalho. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Email: maribendersott@hotmail.com

² Universidade de Santa Cruz do Sul. Psicóloga. Doutora em Serviço Social. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Email: sareosa@unisc.br

Governamentais (ONGs), as empresas públicas e privadas e a sociedade como um todo, assegurando assim, o direito de cidadania de toda a população, pois a cidadania é um processo de construção social.

Palavras-chave: Meio ambiente. Trabalho. Desigualdades Sociais. Espaço Rural. Espaço Urbano.

INTRODUÇÃO

As transformações geradas pela Globalização e pelo Capitalismo têm produzido inseguranças sociais e ambientais na sociedade contemporânea. Assim, faz-se necessário compreender que tipos de riscos e inseguranças são essas, como se projetam no âmbito nacional e como se articulam respostas mais ou menos inovadoras para o seu enfrentamento. Além disso, os efeitos da globalização ocorrem de forma diferente em cada sociedade, de acordo com os diferentes processos de construção de cidades e de cidadanias, e com o contexto sócio-institucional em que se manifestam. (FLEURY; SUBIRATS; BLANCO, 2008).

Esses efeitos globalizantes têm acentuado as dinâmicas de individualização e fragmentação social, o que se constitui como uma ameaça à coesão social. (FLEURY; SUBIRATS; BLANCO, 2008). Essa coesão se dá no espaço social, que contém as relações sociais e biológicas de reprodução, e as relações de produção, a saber, a divisão do trabalho e sua organização, portanto, as funções sociais hierarquizadas. Esses dois encadeamentos são inseparáveis, pois a divisão do trabalho repercute na família e aí se sustenta; e a organização familiar interfere na divisão do trabalho. Além desses, existem outros encadeamentos que possuem relações complexas entre si, como natureza e cultura; obra e produto; tempo e objeto no espaço. (LEFEBVRE, 2006).

Além disso, o modo de produção capitalista gera a chamada crise ambiental, que atinge todos os grupos sociais, embora de maneira “desigual uma vez que esta reflete as contradições clássicas inerentes ao capitalismo. A mundialização do capital e os novos contornos adquiridos pela economia na contemporaneidade acentuam ainda mais tais contradições caracterizando o cenário de crise”. Essa crise é causada principalmente pelo uso desenfreado dos recursos naturais, em ritmo mais acelerado do que o ritmo de reprodução da natureza, causando impactos ambientais crescentes. (QUINTANA; HACON, 2011, p. 427).

Destarte, a sociedade e os governantes têm gastado uma considerável quantidade de energia para promover os direitos sociais, ambientais e humanos; todavia, os conceitos utilizados geralmente não desafiam a lógica de mercado neoliberal ou o modo dominante de legalidade e ação estatal. Enquanto isso, os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro continuam se sobrepondo a todas as outras noções de direito. (HARVEY, 2012). Dessa forma, os diferentes contextos ou espaços sociais que se globalizam geram desafios e potencialidades

diferenciadas, de acordo com os condicionantes das realidades pré-existentes.(FLEURY; SUBIRATS; BLANCO, 2008).

Por outro lado, podem-se distinguir dois grupos distintos: um que considera importante o dinheiro, sua capacidade de intervenção, a mercadoria e sua generalidade, ou seja, tudo que se compra e se vende; e outro grupo que leva em consideração as influências para os diferentes atores sociais e a produção de desigualdades. (LEFEBVRE, 2006). Portanto, é preciso conhecer o contexto de que se fala, bem como, as particularidades e desigualdades imbricadas no seu processo de construção.

CONJUNTURA BRASILEIRA ATUAL

A sociedade atual está presa num círculo vicioso de consumo em massa, o que também requer produção em massa para atender a demanda. Em nome do progresso e da produção, retiram-se cada vez mais matérias-primas da natureza, causando um efeito devastador no meio ambiente, como a destruição de florestas, rios, animais, poluição do ar, das águas e do solo, seja com produtos tóxicos, seja com a deposição de resíduos sólidos. (COSTA; IGNÁCIO, 2011).

Deste modo, Costa e Ignácio (2011) referem que os produtos têm cada vez menos tempo de vida úteis, o que serve para impulsionar o consumo e a produção com a criação de produtos semelhantes, mas com detalhes de design que desvalorizam os produtos antigos, mesmo que ainda estejam em condições de uso. (COSTA; IGNÁCIO, 2011). Além disso, a individualização, a precariedade econômica, a falta de engajamento político e a falta da garantia de direitos também são expressões das mudanças operadas nas esferas produtiva, comunitária e política. (FLEURY, SUBIRATS, BLANCO, 2008). Essas mudanças afetam todas as regiões, seja no espaço rural ou urbano, embora se dêem de forma diferenciada entre um e outro.(SILVA, 2010).

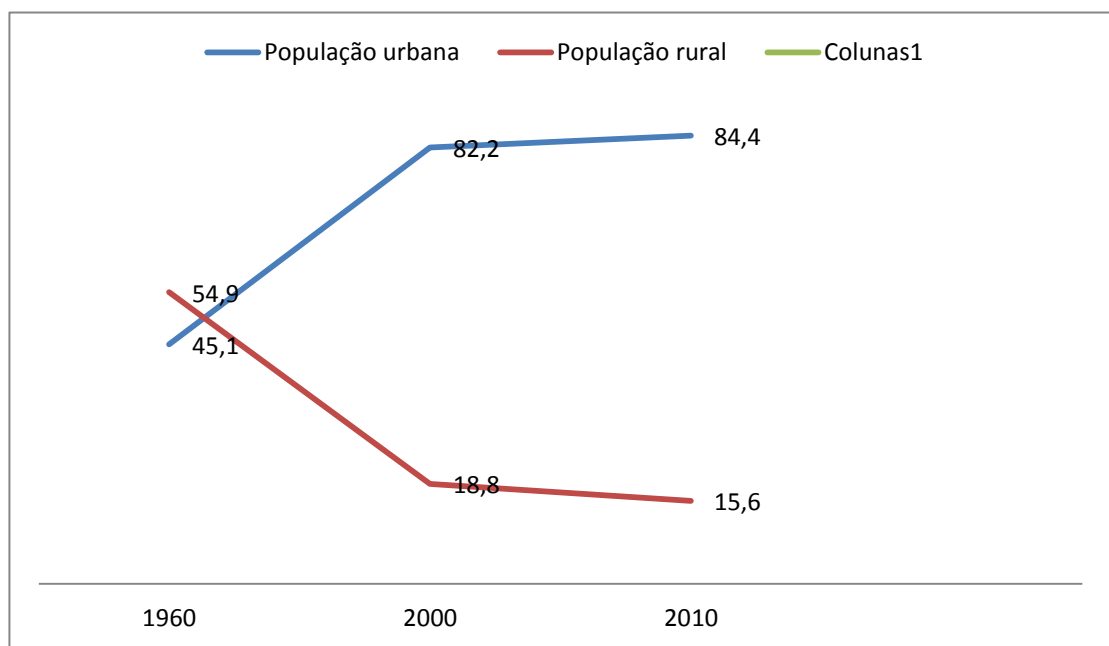
Desde os primórdios de sua colonização, o Brasil foi um país essencialmente rural. A partir do início do século XX o processo de urbanização ganhou impulso devido às mudanças no sistema político e econômico, principalmente a partir de 1940, em decorrência do aumento do processo de industrialização. Dessa forma, até 1940 o país tinha seu crescimento urbano ligado à economia primário-exportadora, e a partir daí assiste a consolidação da sua rede urbana nacional, baseada no setor industrial, no aumento do êxodo rural e na decorrência do

processo de industrialização que diminui e/ou substitui as importações. (SILVA, 2010).

Nesse contexto, até a década de 40, apenas 31% da população brasileira era urbana, e as cidades eram consideradas a parte moderna e avançada do país, predominantemente agrário e atrasado. A partir de 1940 o PIB brasileiro cresceu a 7% ao ano devido ao processo de urbanização-industrialização, que passou a ser visto como o caminho para a independência do país. (MARICATO, 2003).

Já no início do século XXI, a população urbana do país totalizava 84,4% (161 milhões habitantes) e a **população rural** 15,6% (30 milhões habitantes) do total, conforme consta no gráfico 1. Meio século atrás *a sociedade brasileira podia ser considerada como predominantemente rural; contudo, a urbanização brasileira foi mais rápida e elevada* do que em outros países com grande população. (IBGE, 2010).

Gráfico 1: Crescimento da população urbana entre os anos 1960 e 2010.



Fonte: Criado pelas autoras com base nas informações de IBGE, 2010.

O padrão de urbanização brasileiro apresenta, a partir dos anos 80, mudanças que merecem algum destaque. Embora as metrópoles continuem crescendo proporcionalmente mais que o país, o ritmo desse crescimento diminuiu. As cidades de porte médio, com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, crescem a taxas maiores do que as metrópoles nos anos 80 e 90 (4,8% contra 1,3%).(MARICATO, 2000).

Atualmente o país e seus municípios apresentam características bastante diversas das do século passado, apresentando fatores alarmantes de violência,

enchentes, poluição do ar e das águas, favelas, desmoronamentos, infância abandonada, etc. Isso se deve principalmente ao grande aumento da população brasileira, que aumentou mais de 100 milhões de indivíduos em 50 anos, o que gerou grandes aglomerações de pessoas, pois em apenas nove metrópoles moram 50 milhões de pessoas.(MARICATO, 2003).

Nesse sentido, a prática social do homem produz obras e coisas, e para isso necessita-se de trabalho, embora o papel do trabalho (e do criador enquanto trabalhador) seja considerado secundário, ele é fundamental, pois domina a fabricação de produtos.(LEFEBVRE, 2006). Quanto ao mercado de trabalho, em 2010, 50,3% da população brasileira ocupada, atuava em quatro seções de atividade econômica, apresentadas na tabela 1, juntamente com outras três atividades com percentual de trabalhadores acima de 5%.

Tabela 1: Seções econômicas e percentuais de pessoas ocupadas em cada seção.

Seção econômica	Percentual de pessoas ocupadas nesta seção
Comércio de mercadorias, reparação de veículos automotores e motocicletas	17,0%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	14,2%
Indústria de transformação	11,8%
Construção	7,3%
Serviços domésticos	6,9%
Educação	5,6%
Administração pública, defesa e seguridade social	5,4%

Fonte: Criada pela autora com base nas informações do IBGE, 2010.

Por outro lado, a estrutura da atividade econômica apresenta distinções marcantes nas diferentes regiões, o que se reflete na distribuição da população ocupada. Isso se materializa na comparação entre percentuais de pessoas ocupadas na seção da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura na região Nordeste do Brasil (24,2%) e na região Norte (23,0%), que ficam bem acima dos percentuais registrados nas demais regiões. Enquanto isso, a região Sul se destacou com 16,4% das pessoas ocupadas atuando na indústria de transformação. (IBGE, 2010).

Seja direta ou indiretamente, os problemas do meio ambiente afetam todas as seções econômicas, e as condições do meio ambiente de uma região refletem os usos que vem sendo feitos dele.

CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

As cidades brasileiras crescem cada vez mais, tanto de forma horizontal (incorporação de novas áreas) como vertical (com a substituição de casas e prédios baixos por prédios altos e modernos). Com isso, a oferta de bens e serviços variados gera a multiplicação dos sub-centros de comércio e serviço, aumenta a oferta cultural e o número de indústrias, e conseqüentemente, do produto interno bruto (PIB) municipal. Ao mesmo tempo, aumentam as favelas e as tensões, destruição ambiental, poluição de todos os tipos e maior concentração de renda. Essas mudanças variam conforme o tamanho, a complexidade e a localização do núcleo urbano. Mas os traços essenciais são os mesmos. (LOPES, 2008).

A forma urbana e a segregação sócio-espacial da cidade capitalista resultam do embate e da correlação de forças estabelecida entre os agentes que, por sua vez, é fruto de um conjunto de ações que viabilizam as diferentes estratégias de apropriação do espaço. (TRINDADE JÚNIOR, 1998). Assim, as pressões quantitativas, resultantes de fenômenos demográficos ou econômicos, agravam, mas não criam os problemas fundamentais das cidades. Também a culpabilização dos mais pobres pelos problemas é injusta, pois estes mais reagem do que agem. A falta de planejamento é um problema real, mas não explica todos os problemas. Dessa forma, não se trata apenas de inclinações e virtudes individuais, mas dos papéis sociais que os indivíduos desempenham e das instituições sociais que dão sentido a esses papéis. (LOPES, 2008).

Ademais, o espaço urbano é disputado constantemente, seja por empresas, indivíduos ou entidades que atendem as necessidades de consumo coletivo. Para as empresas o espaço se destina a realização de atividades produtivas ou de circulação comercial e financeira, e por isso cada ponto do espaço é único, pois cada um proporciona vantagens diferenciadas que influem sobre seus custos, como serviços de água, energia e transporte. (SINGER, 1982). Já para o indivíduo físico as necessidades se referem principalmente a espaço para moradia.

Dessa forma, praticamente todo espaço urbano é propriedade privada, e toda localização tem que ser comprada ou alugada. (SINGER, 1982). Além disso, privilegiam-se localizações que possuem fácil acesso a serviços, o que gera a super valorização de poucas áreas bem servidas, e conseqüentemente alto preços pelos espaços. Com isso, a ocupação destas áreas se torna privilégio de poucos, pertencentes das camadas de renda mais elevada, que podem pagar um preço alto pelo direito de morar. Deste modo, a população mais pobre é relegada às zonas pior servidas, mais afastadas e mais baratas. (VAINER, 2002).

A questão da habitação nas cidades não se separa das demais dimensões da vida social, como da assistência social, saúde, infra-estrutura, geração de trabalho e renda e meio ambiente, entre outros, demonstrando a indivisibilidade dos direitos para o exercício da cidadania, a despeito da setorialização das políticas públicas e dos projetos sociais. (LOJKINE, 1997).

Nessa perspectiva, a problemática central da questão urbana é a competitividade urbana, que obriga as cidades a competirem pelo investimento de capital e tecnologia; pela atração de novas indústrias e negócios; pelo preço e qualidade dos serviços; e pela força de trabalho qualificada. Portanto, o instrumento ideológico é a flexibilidade, que opera com imagens e representações múltiplas e contraditórias, que são utilizadas de acordo com a ocasião e necessidade. (VAINER, 2002).

Desta forma, as cidades modernas também se associam à divisão social do trabalho e à acumulação capitalista, e por isso a exploração da propriedade do solo não é um fato novo, pois há uma relação direta entre a configuração espacial urbana e a produção ou reprodução do capital, fazendo com que a própria cidade seja gerida e consumida como mercadoria. (ARANTES, 2002).

Assim, a cidade é ao mesmo tempo uma mercadoria, uma empresa e uma pátria. Como mercadoria, vende atributos específicos, valorizados pelo mercado externo e pela demanda do grande capital. Como empresa, a cidade deixa de ter uma forma passiva de objeto e assume uma forma ativa de sujeito, em que instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados. Já a cidade pátria, a construção política do projeto ideológico, se estrutura sob dois elementos solidários: a necessidade de uma consciência de crise; e o patriotismo de cidade. (VAINER, 2002).

Portanto, ocorre a manipulação de linguagens simbólicas de exclusão e habilitação, onde a imagem de uma cidade reflete como se dão as relações de poder e as tomadas de decisões sobre ordem e desordem e sobre o quê e quem pode estar visível ou não. Além disso, a economia simbólica da cidade é comandada pela habilidade em lidar com os símbolos do crescimento e sua promessa de empregos e negócios; ao mesmo tempo em que ocorre a aliança entre os círculos de negócios e a cidade. Fala-se, portanto, de uma cidade-empresa-cultural, pautada na simbiose de imagem e produto. (ARANTES, 2002).

CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL

A Globalização e o processo contínuo de industrialização do campo trazem em seu bojo transformações nas relações de produção na agricultura, redefinindo a estrutura socioeconômica e política do campo, que passa a apresentar traços típicos, como a presença de grandes complexos industriais a integrar a produção agropecuária. Essas relações de produção são a essência do processo produtivo, pois são aquelas estabelecidas entre os homens no processo de produção social das condições materiais para sua existência. Elas ocorrem independentes da vontade individual dos indivíduos, e o seu nível de desenvolvimento depende do nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais daquela sociedade. (OLIVEIRA, 2007).

Uma mudança originada dessas transformações é a perda do controle da etapa final do processo produtivo pelo agricultor, pois este processo foi fracionado pela necessidade tecnológica da indústria. Por outro lado, as características contraditórias do capitalismo têm feito com que a força de trabalho familiar venha aumentando expressivamente e assumindo um papel cada vez mais significativo. No Brasil, ela representa mais de 80% da força de trabalho empregada na agricultura. (OLIVEIRA, 2007).

Nesse sentido, Oliveira (2007) chama Tavares dos Santos para a discussão, que defende um conjunto articulado de nove elementos estruturais da produção camponesa, dentre os quais se destacam: a força de trabalho familiar (considerada motor do processo de trabalho); a ajuda mútua entre os camponeses; o trabalho acessório (forma de suplementação da renda familiar); a propriedade da terra (vista como instrumento de trabalho e não de exploração); a propriedade dos meios de produção (que subordina o trabalhador ao capital ao lhe vender produtos caros e pagar baixo preço pelos produtos agrícolas); e a jornada de trabalho (que varia conforme a época do ano e os produtos cultivados, não é fixa como na produção capitalista). (OLIVEIRA, 2007).

Quanto ao conceito de imóvel e propriedade rural, estes são definidos no Artigo 4º da Lei [8.629, de 25 de fevereiro de 1993](#), da seguinte forma: imóvel rural é o prédio rústico de área contínua, em qualquer localização, que se destina "à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agro-industrial". Já a pequena propriedade é o imóvel rural que compreende uma área entre um e quatro

módulos fiscais, enquanto que a média propriedade possui área de quatro a quinze módulos fiscais. (BRASIL, 1993, Art. 4º).

Nestas pequenas e médias propriedades rurais se concretiza a agricultura familiar, onde a função econômica é apenas uma das funções vitais da terra, pois ela dá estabilidade à vida do homem; garante seu local de habitação, sua segurança física, a paisagem e as estações do ano. (RAMOS, 2001, p. 142).

No Brasil, as atividades econômicas da área rural ocupam um total de 18 milhões de pessoas, dos quais 14,7 milhões são de origem familiar, e os outros 3,3 milhões são assalariados. Além disso, as pequenas propriedades concentram cerca de 88% do pessoal ocupado de origem familiar, e o trabalho assalariado representa os 12% restantes; enquanto isso, as propriedades com mais de 1.000 hectares correspondem a 81% do trabalho assalariado. Assim, são as pequenas propriedades que originaram mais empregos no campo, pois geraram mais de 13,6 milhões de empregos em termos totais, enquanto que as grandes propriedades possibilitaram apenas 751 mil postos de trabalho.(OLIVEIRA, 2007).

Todavia, essas famílias também têm enfrentado a necessidade objetiva de exercer atividades externas à propriedade, de trabalhar em outros negócios da região, mesmo que de forma extremamente flexível, ou seja, de aderir a pluriatividade. Isso se deve ao fato de disporem de estruturas agrárias que se tornam insuficientes para garantir boa renda familiar. Dessa forma, acabam dando flexibilidade ao mercado de trabalho e suavizando os impactos em períodos de desemprego, ao mesmo tempo em que estimulam comportamentos cooperativos e competitivos simultâneos. Atualmente, perto de um terço dos 3 milhões de agricultores familiares residentes no meio rural, e um quarto do total de 7,5 milhões de domicílios rurais do país já são afetados pela pluriatividade.(VEIGA, 2001).

PARTICULARIDADES ENTRE O MEIO RURAL E O MEIO URBANO

Perin (2004) coloca que a redução das desigualdades é um tema recorrente e um dos maiores desafios do século XXI. Além disso, menos de 25% da população mundial é responsável pelo consumo de 80% dos bens e mercadorias e de 75% da energia produzidos no planeta, criando guetos de excluídos do desenvolvimento, entre os quais 10 a 20% estão desempregados.

Contudo, tanto o espaço rural quanto o urbano apresentam características particulares que os diferenciam, e por isso, implicam estratégias de

desenvolvimento diferenciadas. Quanto às características socioeconômicas da população, é possível dizer que os problemas relacionados à saúde, nutrição e pobreza são piores no meio rural do que no meio urbano. Dessa forma, a desigualdade entre urbano e rural assume uma grande relevância, e por isso precisa ser estudada e reconhecida, para que se possam buscar intervenções efetivas e adequadas a cada realidade. (SAWAYA, *et al*, 2003, p. 22).

No Nordeste rural, por exemplo, acesso a estradas para escoamento da produção agrícola, falta de crédito rural, secas que provocam fome sazonal, falta de acesso à água, pouca cobertura dos serviços de saúde etc., são fatores determinantes para a condição de vida e pobreza. Já a pobreza e a desnutrição da zona urbana têm outros fatores mais determinantes, como baixa escolaridade materna, gravidez na adolescência, desemprego, violência e isolamento social, drogadição, condições de moradia e saneamento inadequadas, maus hábitos alimentares influenciados pela propaganda das indústrias de alimentos (consumo diário de refrigerantes, salgadinhos e biscoitos) etc.. (SAWAYA, *et al*, 2003, p. 22).

Foi a partir da entrada massiva de capital na agricultura que ocorreu a mudança no modelo de exploração da terra, que passou a se pautar na lógica de expansão e acumulação do capital. Gerou-se assim um uso para além da capacidade de recuperação da terra, causando declínio da fertilidade do solo. Nesse contexto, empresas urbanas viram outra forma de acumular capital, engendrando indústrias de fertilizantes e o desenvolvimento de produtos químicos para o solo, que possibilitavam utilizar o solo de forma ainda mais desenfreada. Para manter o lucro, “externaliza os efeitos negativos do processo produtivo, socializando a degradação ambiental, o esgotamento dos recursos naturais e a perda de bio e sociodiversidade, e, por outro lado, apropria-se privadamente da riqueza produzida”. (QUINTANA; HACON, 2011, p. 438).

Originalmente observadas na questão da terra e de outros recursos considerados estratégicos para a exploração (no caso do Brasil colônia, pau-brasil, cana-de-açúcar, minérios, café etc.), as expropriações primárias hoje somam-se à exploração e mercantilização da biodiversidade; privatização direta e indireta de recursos outrora abundantes para a exploração e consumo, como a água ou o ar, por meio da privatização de aquíferos e venda de créditos de carbono; patenteamento de processos e técnicas diversas aprendidas e transmitidas através de gerações por populações tradicionais e indígenas, assim como de materiais genéticos resultantes da domesticação milenar de plantas e sementes; dentre outras múltiplas formas de incorporação da natureza a partir do seu valor econômico. (QUINTANA; HACON, 2011, p. 442).

Essa imposição de leis de mercados obre as condições ecológicas da reprodução social produzem a degradação e o esgotamento dos recursos naturais, incidindo em formas distintas de reprodução sociocultural baseadas em um

processo crescente de assimilação cultural e imposição de relações sociais e produtivas que são insustentáveis do ponto de vista ecológico (QUINTANA; HACON, 2011), e que afetam tanto o meio rural como o urbano.

Nessa perspectiva, Maricato (2003) refere que, apesar do processo de urbanização ter propiciado a modernização do modo de vida, do ambiente construído e das comunicações, esta tem sido apenas para alguns, assim como a cidadania e os direitos. Contudo, a exclusão social não pode ser mensurada, mas indicadores como informalidade, irregularidade, ilegalidade, pobreza, baixa escolaridade, e a ausência da cidadania, podem ser utilizados para caracterizá-la. Ademais, muitos trabalhadores foram excluídos do mercado imobiliário privado, passando a buscar a periferia ou a favela como forma de moradia. Este produtivo excluído é resultado da industrialização e dos baixos salários, que mantém esse estrato populacional em níveis de subsistência.

Desse modo, no meio urbano, os excluídos pelo processo de modernização globalizante são relegados a viver nas periferias, que expressam concretamente essa segregação espacial ou ambiental, e configuram imensas regiões de concentração de pobreza. Antes do processo de urbanização e do êxodo rural, a pobreza se apresentava de modo relativamente esparsa nas zonas rurais, onde há baixa densidade de ocupação dos espaços. (MARICATO, 2003).

Destarte, tanto no campo como na cidade, a propriedade da terra tem sido um dos principais agentes de segregação, pois a legislação sobre a terra tem servido para garantir a continuidade do domínio dos latifundiários sobre a produção rural e do mercado imobiliário sobre o espaço urbano. Todavia, a submissão da terra aos capitais de promoção, construção e financiamento imobiliário ainda não conseguiu se fazer homogênea, e por isso convive com formas arcaicas de produção do espaço, que vai da autoconstrução de loteamentos ilegais à áreas invadidas. (MARICATO, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Independentemente de ser meio rural ou urbano, o espaço deve ser contemplado com uma nova esfera pública que promova as relações de cooperação entre o Estado e as Organizações Não-Governamentais, assegurando assim, o direito de cidadania de toda a população. Dessa forma, a construção de

subjetividade e da consciência social são elementos fundamentais para a ação política local, pois a cidadania é um processo de construção social, ou seja, "o estatuto jurídico da cidadania é um vazio, quando não está preenchido pela existência de sujeitos em pleno exercício de sua consciência social". (FLEURY; SUBIRATS; BLANCO, 2008, p. 19).

Destarte, é nas esferas de integração social econômica (produtiva), política (re-distributiva) e comunitária (de reciprocidade) que os indivíduos e as comunidades conseguem recursos de integração social e onde se deparam com os fatores que os situam em uma posição de risco ou de exclusão social. São as grandes mudanças originadas do processo de globalização, ocorridas em cada um desses três âmbitos, que geram as novas realidades de insegurança social. (FLEURY; SUBIRATS; BLANCO, 2008).

Isso se evidencia no grande número de condomínios fechados, cada vez mais exclusivos dos indivíduos de alto poder aquisitivo, e nas periferias e favelas em que se reúnem e praticamente se amontoam um grande número de pessoas mais desfavorecidas economicamente, e por isso, praticamente excluídas dos processos de desenvolvimento. Com isso, o meio ambiente é cada vez mais degradado, o que é ainda mais visível no espaço urbano, em que todo espaço de solo é utilizado para construção de moradias, indústrias e comércios, ficando praticamente nenhum espaço natural nos centros urbanos ou nas periferias.

Portanto, é urgente que haja a conscientização da população de forma geral, dos empreendedores, e do Estado, no sentido de buscar a diminuição da degradação do solo, da água e do ar, pois não se pode falar em direitos e cidadania se não houver a garantia de um meio ambiente saudável para a sociedade atual e para a futura.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, O. B. F. **Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas**. In: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002, p. 11-74.
- BRASIL. **Lei nº 8.629**, de 25 de fevereiro de 1993. Brasília, 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm] Acesso em setembro de 2015.
- BRASIL - Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com

Deficiência. **Cartilha do censo 2010: Pessoas com deficiência**. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012b.

COSTA, L. A. V. da; IGNÁCIO, R. P. **Relações de Consumo x Meio Ambiente: Em busca do Desenvolvimento Sustentável**. Revista Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 95, dez 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos%20leitura&artigo_id=10794&revista_caderno=5>. Acesso em julho de 2016

FLEURY, S.; SUBIRATS, J.; BLANCO, I. (Orgs.). **Introdução**. In: FLEURY, S.; SUBIRATS, J.; BLANCO, I. (Orgs.) **Respostas locais a inseguranças globais: Inovação e mudança no Brasil e Espanha**. Barcelona: Fundação CIDOB, 2008, p. 9-23.

HARVEY, D. **O direito à cidade**. Traduzido do original em inglês “The right to the city”, por Jair Pinheiro. Revista Lutas Sociais, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf] . Acesso em outubro de 2014.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Do original: La production de l’espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

MARICATO E. **Conhecer para resolver a cidade ilegal**. In: CASTRIOTA, L. B. (Org.). **Urbanização Brasileira: Redescobertas**. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2003, p. 78-96.

_____. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras**. São Paulo Perspec. [online]. 2000, vol.14, n.4, pp.21-33. ISSN 0102-8839. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000400004>.

_____. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Revista Estudos Avançados, v. 48, n. 17, p. 151-167, 2003.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OTTONELLI, J. C. **Rede de atendimento aos alunos inclusos nas escolas do campo: o desafio da inclusão**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Frederico Westphalen, 2014.

PERIN, Z. (Org.). **Desenvolvimento regional: um novo paradigma em construção**. Erechim: Edifapes, 2004.

QUINTANA, A. C.; HACON, V. **O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental**. Revista O Social em Questão, Ano XIV, nº 25/26, p. 427-444, 2011.

RAMOS, P. **Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural)**. Revista Estudos Avançados, v.43, n. 15, p. 141-156, 2001.

SAWAYA, A. L.; et al. **Os dois Brasis: quem são, onde estão e como vivem os pobres brasileiros**. Revista Estudos Avançados, v. 48, n. 17, p. 21-45, 2003.

SILVA, E. M. da. **A acessibilidade para pessoas com deficiência física no Parque do Sabiá e no Parque Victório Siquierolli na cidade de Uberlândia-MG**. Monografia

apresentada ao curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.
Uberlândia, 2010.

SINGER, P. **O uso do solo urbano na economia capitalista**. In: MARICATO, E. (Org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1982, p. 21-36.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2008.

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. **Agentes, redes e territorialidades urbanas**. Revista Território, n. 5, jul./dez. 1998.

VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano**. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002, p. 75-103.

VEIGA, J. E. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento**. Revista Estudos Avançados, v.43, n. 15, p. 101-119, 2001.

VEIGA, J. E. **Diretrizes para uma nova política agrária**. In: BRASIL - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: NEAD, p. 19-36, 2000.